

Todos juntos somos mais fortes

Servidores iniciam a campanha salarial 2015



PÁGINAS 4 e 5

Governo enviará à Câmara projetos de cinco categorias para serem votados dia 28 de abril

O presidente do SINDSERJUN, Luciani, reuniu-se na semana passada com os secretários de governo, Edson Rocha, da Secretaria de Negócios Jurídicos e Denis Crupe, da Secretaria de Administração e Gestão para tratar dos projetos que serão enviados à Câmara Municipal sobre a revisão do Plano de Cargos de cinco categorias.

O governo assumiu o compromisso de enviar os projetos em tempo hábil para o exame das comis-

sões, leitura e votação até o dia 28 de abril.

Segundo o secretário Edson Rocha, as categorias que serão atendidas, agora, serão: Agentes de Desenvolvimento Infantil, Assistentes Sociais, Procuradores Jurídicos, Agentes de Zoonoses, Motoristas e Operadores de Máquinas.

“Desta forma estaremos concluindo uma etapa importante do plano de revisão das categorias”, afirmou o secretário.

Para o presidente do

sindicato, Luciani, o diálogo foi um fator importante nas negociações, porém foi a organização dessas categorias que determinou o sucesso e a conquista desse resultado “Desde o ano passado essas categorias estão na linha de frente, fazendo reuniões, manifestações e pressionando o governo a lançar um olhar de valorização e estamos, agora, celebrando essa conquista”, destacou o presidente do Sindicato dos Servidores.



Edson Rocha, Secretário de Negócios Jurídicos, responsável pelo envio dos projetos à Câmara

EDITORIAL

A meta da inflação e a realidade

por Luciani

No momento em que iniciamos nossa campanha salarial, as notícias sobre a economia nacional são cada vez mais sombrias. As empresas da região de Jundiaí e o comércio local vão dando sinais de fragilidade e as demissões já começaram.

Há muito tempo, o Comitê de Política Monetária (COPOM), do Banco Central, tem estabelecido a meta da inflação em patamares irrealistas, 4,5%, o mesmo valendo para o chamado teto da meta da inflação, 6,5%. Para isso, são feitas algumas correções ao longo do ano, principalmente corrigindo a tabela básica de juros, como forma de conter o consumo e, assim, controlar a inflação.

A medida, como vi-

mos no primeiro trimestre deste ano, vem se esgotando. Afinal, mesmo com o consumo em baixa, a equipe econômica não tem conseguido conter as altas sucessivas da inflação.

Parte dessa inflação justifica-se pelo aumento dos preços controlados pelo governo, como energia elétrica e combustíveis.

“Vamos avançar com ousadia mesmo diante da mais profunda crise destes tempos conturbados. Sejamos os primeiros a criar uma nova esperança!”

Daisaku Ikeda, 87, filósofo japonês

Com o consumo na cidade caindo, consequentemente a arrecadação também cairá.

O SINDSERJUN participou das audiências públicas do orçamento, no ano

passado, e protocolou documento para que a equipe da SMF de Jundiaí considerasse a reposição integral da inflação nos salários dos servidores e o aumento real. A lei do Orçamento acabou sendo aprovada pela Câmara Municipal no mesmo patamar do teto da meta da inflação, 6,5%. Uma decisão muito conservadora, em nossa opinião, e distante da realidade, como estamos vendo.



Cornetando

críticas, sugestões e denúncias:
cornetando@sindserjun.com.br



Desinformada 1

Em entrevista a Rádio Cidade, no dia 1º de abril, a vereadora Marilena Negro (PT) falou muita bobagem.

Desinformada 2

Começou dizendo que o sindicato apresenta “pauta surpresa” para o governo que está com a mesa de negociação permanente. Vereadora, o que é pauta surpresa?

Desinformada 3

Por não estar acompanhando de perto (ela está aposentada do serviço público), Marilena não sabe que as categorias estão se reunindo semanalmente no Sindicato e só depois disso as pautas são entregues.

Desinformada 4

A petista errou feio ao mencionar que o direito a um terço extraclasses seja do governo local. E errou mais feio ainda ao dizer que a redução da jornada das ADIs é do governo do prefeito Pedro Bigardi. Essa conquista foi aprovada na Câmara Municipal em 30 de abril de 2012

Desinformada 5

Sobre os servidores inativos, Marilena conseguiu se superar mais uma vez.

Desinformada 6

A vereadora, ao falar da reivindicação da cesta básica para os servidores inativos, disse: “os inativos são um problema do IPREJUN”. Problema, Marilena Negro?



Desinformada 7

E ela já sentenciou: “não irá prosperar a negociação”, nesse ponto da cesta básica para os inativos

Desinformada 8

Por fim, a vereadora destacou “estar preocupada principalmente com as condições de trabalho dos servidores”.

Ué... essa senhora, quando esteve a frente da SEMADS, não teve essa mesma preocupação, afinal, no período em que ela esteve lá, havia um número enorme de reclamações de desmandos e assédio.

Inscrições até 31 de maio

Recadastramento 2015

Sorteio 03/06

Concorra aos prêmios:

2 TVs LED 40"

1 Honda CG125

1 Tablet

Imagens Ilustrativas

SINDSERJUN
Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jundiaí

CUT **Petam**

Servidor, participe!



Pelo Facebook do SINDSERJUN no link:
<http://200.98.201.54/recadastramento/>



Na sede do Sindicato
Pessoalmente das 8h às 18h

Plantão Sindical 4087-1011

Presidente: **Aparecido Luciani**; 1º Vice-Presidente: **Clayde Regina de Oliveira**; 2º Vice-Presidente: **Amarildo Mendes Araujo**; Tesoureiro: **Romeu Moreira Junior**; 2º Tesoureiro: **Severo Elpidio Ignácio**; 1º Secretário: **Eleni Ap. Mossin Fávaro**; 2º Secretário: **Reinaldo Aparecido Cardoso**; Diretor Jurídico: **Luís Augusto Zambon**; Diretor Social **José Carlos Baltazar**; Diretor de Patrimônio: **Juliano Chagas**. Acesse: www.sindserjun.com.br e veja a composição completa da direção do SINDSERJUN para o quadriênio 2014/2018.

Professores apoiam pauta e plano de lutas



Assembleia de professores aprova a pauta que será entregue ao governo

Aconteceu na noite de quinta-feira, 9 de abril, a assembleia dos professores da Prefeitura de Jundiá, na sede da Associação dos Aposentados.

O tema principal da reunião foi a ratificação dos pontos da pauta de reivindicações construída pelos professores no Fórum da Educação, no dia 28 de fevereiro de 2015.

Constituído de 22 pontos, o documento traça de forma minuciosa todos os problemas vividos pela categoria, indo muito além

das questões econômicas e trazendo uma reflexão sobre a carreira do magistério no serviço público e principalmente, quanto à gestão democrática.

O documento aborda ainda, a necessidade de uma ampla reforma do Estatuto do Magistério em vigência e o funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

O presidente do SINDSERJUN, Luciani, cumpriu a comissão de professores que participou ativamente do processo de

organização do Fórum, da elaboração da proposta final e sua fundamentação.

A assembleia aprovou a entrega da pauta ao secretário de Educação, José Renato Polli, e a abertura das negociações que será feita pelo sindicato com a presença dos membros da comissão de professores.

Com muita disposição, a categoria mostrou-se pronta para iniciar uma jornada de lutas baseada no texto aprovado.

Todos juntos somos mais fortes.

Entendendo o Orçamento Público

por Cláudio Fonseca

Classificação da Despesa Orçamentária - Parte 1

A coluna de hoje é sobre a Classificação da Despesa Orçamentária, que segundo a sua natureza, é identificada pelo conjunto de códigos na sequência a seguir:

1º dígito: indica a categoria econômica da despesa (X.0.00.00.00);

2º dígito: indica o grupo de natureza da despesa (0.X.00.00.00);

3º/4º dígitos: indicam a modalidade de aplicação (0.0.XX.00.00);

5º/6º dígitos: indicam o elemento de despesa (0.0.00.XX.00); e,

7º/8º dígitos: indicam o item de despesa (0.0.00.00.XX).

Categoria econômica:

pode ser 3, se a despesa for corrente, as que não contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital (instalações e equipamentos necessários para a produção de outros bens ou serviços), ou 4, se a despesa for de capital, as que contribuem, diretamente, para a formação ou a aquisição de um bem de capital.

Grupo de natureza da despesa: 1 Pessoal e Encargos Sociais; 2 Juros e Encargos da Dívida; 3 Outras Despesas Correntes; 4 Investimentos; 5 Inversões financeiras (aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização); 6 Amortização da Dívida.

Cozinheiras e cozinheiros lotam o Sindicato e querem 25% já



Cozinheiras e cozinheiros: organização e disposição

Na manhã do último sábado, dia 11 de abril, aconteceu mais uma reunião das cozinheiras e cozinheiros da PMJ na sede do SINDSERJUN, mais de 100 profissionais estiveram presentes.

Com muita determinação, a categoria mostrou-se disposta à mobilização. O presidente do sindicato, Luciani, comparou a organização das cozinheiras e cozinheiros ao demonstrado pelas Agentes de Desenvolvimento Infantil (ADI): “sinto a vibração e

disposição dessa categoria com a mesma intensidade das ADIs em julho passado antes da paralisação. Essa determinação é fundamental, pois, todos juntos somos mais fortes”, disse. Na pauta os principais itens são: reajuste de 25% nos salários, redução da jornada para 6 horas diárias e adicional de insalubridade, o documento já foi protocolado. No caso do governo não abrir as negociações, a categoria já prepara manifestação.

PÓS-GRADUAÇÃO

UNIANCHIETA

A MELHOR SOLUÇÃO PROFISSIONAL AO SEU ALCANCE

CURSOS PREMIUM

MBA em Processos Industriais
MBA Executivo em Administração Hospitalar e Serviços de Saúde
MBA Executivo em Finanças com Ênfase em Banking
MBA Gestão da Inovação Tecnológica
MBA Inteligência Estratégica

DIREITO

Direito Administrativo
Direito do Trabalho
Direito Tributário

ENGENHARIAS E TECNOLOGIAS

Desenvolvimento de Sistema em NET
Engenharia da Produção
Gestão e Controle de Obras
Gestão de Processos e Qualidade
MBIT – Master Business in Information Technology

EDUCAÇÃO

Alfabetização e Letramento
Gestão Educacional (1.000h)
Língua Inglesa
Neurociências em Educação
Psicopedagogia Clínica e Institucional

GESTÃO E NEGÓCIOS

Gestão e Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
MBA em Auditoria e Contabilidade Internacional
MBA em Análise Econômica
MBA em Comércio Exterior
MBA em Gestão de Logística
MBA em Gestão de Marketing
MBA em Gestão de Pessoas
MBA em Gestão de Projetos com Lean Manufacturing
MBA em Gestão Empresarial
MBA em Gestão Financeira e Controladoria
MBA em Projetos da Educação Corporativa

SAÚDE

Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva e Unidade Coronariana
Enfermagem do Trabalho
Exercício Físico Aplicado a Populações Especiais



MATRÍCULAS ABERTAS
0800 772 8445 | www.anchieta.br

Confira alguns benefícios oferecidos aos associados do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jundiá:

- 15% de desconto nas mensalidades para ensino fundamental, ensino médio ou cursos técnicos.
- 15% de desconto nas mensalidades de graduação (sobre valor de contrato).
- 15% de desconto nas mensalidades de pós-graduação (sobre valor de contrato).
- Encaminhamento profissional feito pelo NEMP (Núcleo de Empregabilidade).
- Extensão dos benefícios aos dependentes diretos.



Servidores dão início a campanha salarial 2015

Foi aberta, oficialmente, no último dia 25 de março, na sede da Associação dos Aposentados de Jundiá e Região, a campanha salarial 2015 dos servidores públicos do município de Jundiá. Cerca de 300 servidores participaram da assembleia de abertura da campanha. O evento teve início com a palestra “Convenção 151 da OIT e o direito de greve no serviço público” ministrada pelo advogado Rodrigo Caram. Na sequência, foram apresentadas e debatidas as propostas da pauta de reivindicações da campanha salarial.

Entre os itens presentes na pauta, destaque à aplicação de 10% de aumento sobre os vencimentos (reposição integral da inflação do período mais aumento real nos salários); reajuste de 30% no vale alimentação; criação de 13º no cartão alimentação, a ser pago em dezembro, juntamente com o

13º salário dos servidores; criação do vale refeição no valor de R\$ 15,00 por dia trabalhado, entre outros. (Veja o quadro completo da pauta de reivindicações nesta edição).

Para o presidente do SINDSERJUN, Luciani, esta será uma campanha salarial difícil, mas vitoriosa com a participação dos servidores. “O ano começou com um cenário econômico muito incerto, com inflação e retração na produção e nas vendas em geral. Isso afeta a arrecadação do município, mas queremos garantir aquilo que foi aprovado pela Câmara, com a Lei do Orçamento, para as despesas com pessoal, além de proteger o poder de compra dos servidores com menor salário”.

Durante a assembleia, os servidores presentes puderam opinar sobre a pauta e tirar dúvidas referentes a diferentes categorias.



Luciani na abertura da 1ª assembleia da campanha salarial 2015



Luciani conversando com os servidores na 1ª assembleia da campanha salarial

Performance inova a abertura da campanha salarial

Uma performance inédita, realizada por atores do grupo de teatro do Ateliê Casarão, marcou a abertura oficial da campanha salarial 2015. A performance, baseada no musical Os Saltimbancos, de Chico Buarque, serviu de inspiração para o tema da campanha salarial: “Todos juntos somos mais fortes”.

A performance, que teve início no andar térreo do Paço Municipal, teve como objetivo chamar a atenção dos servidores para o ato que oficializou a abertura da campanha salarial. As propostas da campanha foram protocoladas pelo presidente

do SINDSERJUN, Luciani e pela vice-presidente, Clayde Oliveira.

O evento contou ainda com a participação de outras lideranças sindicais e com a entrega das camisetas da campanha.

A performance foi encenada, também, no Complexo Argos (na Biblioteca Municipal, na Secretaria de Educação e no Centro de Distribuição da Merenda).

Para o presidente do SINDSERJUN, Luciani, a performance foi inovadora. “Em todos os momentos é a força que nos move. É isso que nos diferencia uns dos outros. É a nossa

atitude que nos faz diferentes, únicos e inovadores.”, destaca o presidente.

Trecho da letra “Todos Juntos”, de Chico Buarque:

**Todos juntos somos fortes
Somos flecha e somos arco**

Todos nós no mesmo barco

**Não há nada pra temer
- Ao meu lado há um amigo**

**Que é preciso proteger
Todos juntos somos fortes
Não há nada pra temer
E no entanto dizem que são tantos
Saltimbancos como nós**



Performance no Centro de Distribuição da Merenda



Luciani e Clayde com o protocolo das propostas

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DA CAMPANHA SALARIAL 2015

1 – REPOSIÇÃO SALARIAL

A reposição salarial se dará aos servidores ativos e inativos da administração Municipal Direta e Indireta, na seguinte conformidade:
I - Aplicação de 10% de aumento sobre os vencimentos, sendo reposição integral da inflação do período mais aumento real nos salários.

2 – VALE ALIMENTAÇÃO

I – A Administração fornecerá o Vale Alimentação a todos os servidores da administração direta e indireta com o reajuste de 30%.

3 - NOVOS BENEFÍCIOS

I – 13º Cartão Alimentação, pago em dezembro juntamente com o 13º salário dos servidores;

II – Vale Refeição no valor de R\$ 15,00 por dia trabalhado;

III – Plano de Saúde e Odontológico subsidiado pela administração;

IV – Auxílio Funeral para ativos e inativos;

V – Seguro de Vida;

VI – Auxílio Farmácia.

CLÁUSULAS SOCIAIS, ADMINISTRATIVAS E TRABALHISTAS

I – Revisão do decreto nº 25.567, de 26 de fevereiro de 2015, no seu artigo 36, que regulamenta o banco de horas;

II – Revisão do texto que regulamenta a falta abonada (na necessidade do servidor apresentar atestado médico, sejam suprimidas somente as faltas abonadas do semestre);

III – Revisão dos critérios da avaliação de desempenho para fins de progressão e promoção;

·Justificativa: No ano de 2013 não houve avaliação e os funcionários que migraram de local de serviço tiveram suas avaliações feitas pelos atuais chefes e muitos trabalhadores foram prejudicados, pois, o atual chefe não tem condições de avaliar os mesmos.

Sugestão: Que o critério seja o de repetir a nota da avaliação do ano de 2012, ou que a avaliação seja feita pelo chefe anterior, que o critério seja técnico e não subjetivo;

IV– Revisão dos critérios que dá direito a Férias Prêmio:

·Justificativa: A respeito do período aquisitivo do direito às férias-prêmio, diz o Estatuto dos Funcionários Públicos (LC nº 499/2010), em seu § 2º do art. 65 (com a redação dada pela LC nº 508/2011): “Interromperá o período aquisitivo, iniciando-se nova contagem, se houver o funcionário.”. A seguir, listam-se 7 motivos para tal interrupção, sendo destes 5 espécies de licença.

Há, nesse dispositivo legal, 2 sérios problemas, que ensejam graves injustiças:

1º) Por que razão interromper o período aquisitivo e iniciar nova contagem, e não suspender o período?

Com a interrupção, pode ocorrer a absurda situação de um servidor prestes a completar o período aquisitivo, por exemplo, com 4 anos e 10 meses de serviço, adoecer ou sofrer um acidente e precisar de mais de 30 dias de licença médica, e, assim, perder todo aquele período de quase 5 anos.

A suspensão do período é mais justa. Apesar de o Estatuto dizer expressamente (art. 55) que o afastamento do trabalho pelas licenças previstas como causa de interrupção do período aquisitivo do direito às férias-prêmio é considerado como efetivo exercício para efeito de tempo de serviço, pode até ser aceitável que, considerando-se que as férias-prêmio são uma espécie de bônus, nos períodos de afastamento se suspenda o período aquisitivo, prosseguindo a contagem com o retorno ao trabalho.

2º) Colocam-se na mesma condição, produzindo o mesmo efeito, causas e situações absolutamente díspares, o que é, à toda evidência, uma injustiça enorme. Vejamos:

a) igualam a situação do servidor que sofreu pena de suspensão (inciso I) com o servidor que precisou de licença para tratamento de saúde por mais de 30 dias (III, e).

b) igualam situações decorrentes da ação ou omissão do servidor, ou seja, que decorreram de sua vontade ou estiveram sob seu controle (pena de suspensão, mais de 5 faltas injustificadas, licença para trato de interesse particular e licença para desempenho de mandato eletivo) com situações em que o servidor não é responsável ou nada pôde fazer pra evitar (licença para prestação de serviço militar e licenças para tratamento de saúde do próprio servidor ou de pessoa da família por mais de 30 dias). O serviço militar é obrigatório e, evidentemente, ninguém adoecer ou sofre um acidente porque quer!

Sugestão: alterar a redação do referido § 2º do art. 65 do Estatuto para: “Suspenderá o período aquisitivo se houver o funcionário.”;

V - Adicional de vulnerabilidade social para os trabalhadores em área de risco;

VI – Regulamentação de estudos permanentes para adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade.

VII – Livre acesso aos locais de trabalho dentro da administração direta e indireta garantindo a organização sindical conforme previsão constitucional;

VIII – Adicional complementar de escolaridade a todos os servidores que possuam formação superior ao exigido na sua contratação;

IX - Direito a sexta-parte com 20 anos de serviço prestado;

X – Não a terceirização no serviço público.

Secretaria da Educação contrata empresa e poderá pagar mais de R\$ 17 milhões

Em outubro passado, o governo municipal publicou, na Imprensa Oficial, em sua edição de 31 de outubro de 2014, o extrato do contrato entre SME e a empresa Planeta Educação (veja no box). Quando os profissionais da Educação tomaram conhecimento, principalmente dos valores, a pergunta foi automática e inevitável: “Agora todos os problemas da Educação em Jundiaí serão solucionados?”

Contudo outras perguntas vieram logo em seguida, como: tomando por base os textos oficiais da SME e suas diretrizes, o referido contrato passou pelo crivo do Conselho Municipal de Educação? Os membros do conselho do FUNDEB tiveram a oportunidade de conhecer, previamente, o objeto do contrato da SME com a empresa Planeta Educação? Como um contrato dessa magnitude e que diz respeito, diretamente, aos professores, não é nem ao

menos apresentado previamente?

Os professores ouvidos pelo SINDSERJUN sobre o assunto fizeram ainda outras ponderações. Quanto ao valor do contrato (R\$ 17.748.028,08), em Jundiaí, há 110 escolas, portanto, se esse montante fosse aplicado diretamente nas unidades, seria possível o repasse de R\$ 161 mil, no ano de 2015, para cada escola municipal.

“Você, professor, consegue imaginar o que sua escola/comunidade poderia fazer com esse dinheiro?”, essa é uma pergunta que um dos professores ouvidos pediu que constasse na matéria. Ainda segundo o mesmo professor, as unidades convivem com problemas básicos, como escola com mais de 80 professores e um único computador; problemas estruturais nas salas de aula; banheiros e cozinhas improvisados. Além disso, há áreas que oferecem risco de acidente aos alunos.

“Não vamos aderir a modismos educacionais sem espírito crítico, nem criaremos expectativas com relação a um modelo que solucione tudo num passe de mágica. Queremos demonstrar que as políticas públicas neoliberais, deram forma a todos os mecanismos de flexibilização, desregulamentação e mecanismos legais, inclusive de avaliação, pois entendiam que o problema da gestão dos sistemas centrava-se na mera contabilização de recursos e no domínio de técnicas necessárias ao desenvolvimento de uma “qualidade total em educação”, termo restrito, que não contempla o sentido da “qualidade social da educação”. Essa linha político-pedagógica propõe a centralidade da formação nos conteúdos escolares, abandonando a prática reflexiva e estudos teóricos críticos, insistindo que a solução dos problemas da educação se baseiam apenas na instrução e na capacidade do professor.”

Extraído do texto: “Diretrizes Pedagógicas da SME”, publicado no blog da Educação em 27 de novembro de 2013

A SME, sob o comando do ex-secretário Durval Orlato, parecia contrariar tudo aquilo que ele e sua equipe escreveram e defenderam sobre gestão democrática, já não se sabendo mais a diferença entre qualidade total e educação crítica, denotando falta de protagonismo na escolha do processo de formação. Tendo, assim, optado por “modelo que solucione tudo como num passe de mágica”

CONTRATO Nº 259/14. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ. CONTRATADA: PLANETA EDUCAÇÃO GRÁFICA E EDITORA LTDA PROCESSO: nº 24.063-1/13. ASSINATURA: 29/10/14 VALOR TOTAL ESTIMATIVO: R\$ 17.748.028,08. OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS COMPREENDENDO PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO, NAS ÁREAS DE METODOLOGIA DE APRENDIZADO DINÂMICO, GESTÃO EDUCACIONAL, ESCOLA TOTAL, PROGRAMA FAMÍLIA-ESCOLA, MONITORAMENTO ESCOLAR E PORTAL EDUCATIVO WEB PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. MODALIDADE: CONCORRÊNCIA nº 17/13. PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. Proponentes: 02.

Extrato do contrato, Imprensa Oficial de 31/10/2014

Profissionais da Educação devem participar das discussões do Plano Municipal de Educação

Até meados de junho, o município de Jundiaí terá de construir seu Plano municipal de Educação, que será sancionado em lei própria e conduzirá a política educacional do município por 10 (dez) anos.

Esse processo não é apenas de Jundiaí, todos os Municípios e Estados Brasileiros estão realizando esse processo o qual deve ser construído com base na Lei nº 13.005, de 25 de junho 2014, que estabelece o Plano Nacional de Educação. Várzea Paulista, por exemplo, sancionou o seu Plano Municipal

de Educação em Lei, nos idos de outubro de 2014, já Jundiaí, como muitos municípios, e o Estado de São Paulo estão com seus processos de elaboração “acelerados” para darem conta de cumprir o prazo de construírem a Lei até junho de 2015.

A Secretaria de Educação de Jundiaí estabeleceu uma comissão que está construindo o documento base e a organização desse processo, que, até então, deve ser realizada de “maneira democrática”, em forma de plenárias, quando os delegados se-

rão eleitos para a participação. Está prevista para o dia 25 de abril, a primeira plenária regional, na qual serão eleitos delegados por segmento; em maio, haverá plenárias temáticas e também a plenária final, ocasião em que serão redigidas as metas e as estratégias para os próximos 10 anos da educação de Jundiaí. Após isso, o Executivo encaminhará a Lei para a Câmara Municipal, que, após a contribuição do Legislativo, segue para a sanção do prefeito.

Apesar do processo “aligeirado” desenhado,

não podemos perder de vista a necessidade de debate e discussão, pois esse processo é extremamente importante. Como estamos construindo o nosso currículo de Jundiaí (que também é importante) em reuniões de HE, devemos garantir que o nosso Plano Municipal de Educação, o qual conduzirá a política educacional por 10 anos, seja debatido também em HE, antes das plenárias regionais. Nesse sentido, sugerimos que a discussão em HE seja realizada no dia 22/04 (já que dia 15/04 é conselho de ciclo), com

base no documento base, que deve estar finalizado pela comissão e disponível até essa data.

Devemos organizar com o sindicato uma atividade para debatermos esse documento base e nossas posições antes da plenária regional.

Assim como é importante o direito ao Plano de Carreira do magistério, que não temos em Jundiaí, e faz relação com a meta 18 do Plano Nacional de Educação, devemos estar atentos também a essa discussão ampla do Plano Municipal de Educação.

Luciani quer, da Secretaria de Gestão de Pessoas, a regulamentação do banco de horas dos servidores

Em reunião realizada no último dia 16 de abril, na Secretaria de Gestão de Pessoas, o presidente do SINDSERJUN, Luciani, cobrou a regulamentação do banco de horas estabelecido aos servidores públicos pelo Decreto Nº 25.567, de 26 de fevereiro de 2015.

O artigo 36 do decreto, que define o Banco de Horas, estabelece que o servidor público deve cumprir o crédito ou o débito de horas extras na proporção de uma hora trabalhada por uma hora de folga, como podemos observar no inciso 1º: “§ 1º - As horas extras e as horas resultantes de faltas, atrasos e saídas antecipadas, devidamente justificadas e autorizadas pela chefia imediata, serão lançadas no Banco de Horas, como crédito ou débito do funcionário na pro-

porção 1:1 (um por um).”

O presidente do SINDSERJUN afirma ser contrário a essa proporção estabelecida no artigo 36, pois ela prejudica o servidor. “É inadmissível que o trabalhador tenha suas horas extras trabalhadas de 50%, 80% ou 100% e essas horas extras sejam gozadas na proporção de 1 hora trabalhada por uma hora gozada.” Ele ainda afirma que, em nenhum momento, o sindicato foi consultado para a definição da regulamentação do Banco de Horas.

A secretária de Gestão de Pessoas, Mary Fornari, defende o decreto e afirma que o excesso de horas extras praticado por alguns servidores se tornou vício que deve ser corrigido. “O decreto responsabiliza não só o servidor, mas o gestor



Luciani, Clayde e os gestores da secretaria de Gestão de Pessoas

público pelos excessos.” Já em relação ao banco de horas, Mary Fornari assumiu o compromisso de rever a proporcionalidade das horas de trabalho para as horas de folga.

Participaram da reunião, além da secretária de Gestão de Pessoas, Mary Fornari; Cláudio Alves dos Santos, diretor técnico da secretaria; Rosana Meluzzi, diretora de administra-

ção da pasta; Márcia Hortência, analista de gestão da secretaria; Luciani, presidente do SINDSERJUN; Clayde Oliveira, vice-presidente e Juliano Chagas, diretor do sindicato.

Comissão de engenheiros e arquitetos apresenta reivindicações para a revisão do Plano de Cargos, Salários e Vencimentos

O Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jundiaí, o SINDSERJUN, e a comissão de engenheiros e arquitetos, responsável pela revisão do Plano de Cargos, Salários e Vencimentos (PCSV), estiveram reunidos, no último dia 04 de março, com a secretária municipal de Planejamento e Meio Ambiente, Daniela da Camara, para discutir a revisão do plano de cargos referentes a essas categorias.

Segundos os engenheiros e arquitetos presentes na reunião, o pedido de revisão é baseado em pesquisa salarial que compara os vencimentos da categoria, na cidade de Jundiaí,

em relação a outras cidades, como Campinas por exemplo.

Para o engenheiro Renato Carbol Covesi, o piso salarial da categoria está defasado. “A categoria reivindica um novo enquadramento na tabela salarial com uma valorização de 55,13%”

Segundo Daniela da Camara, o prefeito vê a reivindicação dos engenheiros e arquitetos como justa. “O prefeito vê de forma positiva a reivindicação e terá muito prazer em beneficiar o corpo técnico.”

Já para o Presidente do SINDSERJUN, Luciani, a reivindicação é justa e importante. “Espero que o go-



O presidente do SINDSERJUN, Luciani, e a comissão de engenheiros e arquitetos

verno se sensibilize com o pleito das categorias, que ao longo dos anos vem sofrendo com a desvalorização dos salários em rela-

ção ao mercado de trabalho.”, afirma.

A próxima reunião da comissão de engenheiros e arquitetos já está marcada

para o dia 16 de abril, às 10h, na secretaria municipal de Gestão de Pessoas, com a secretária Mary Fornari.

Unimed
Jundiaí

**CONDIÇÕES SUPER
ESPECIAIS!**
Para associados
Sindserjun.

SERVIDOR PÚBLICO,
Plano de Saúde Unimed exclusivo
para você e sua família.

Benefícios oferecidos pela Unimed Jundiaí:

- Atendimento de urgência e emergência em todo território nacional;
- Ampla rede com mais de 400 médicos, 7 hospitais, 10 laboratórios e 51 clínicas;
- Pronto atendimento 24h;
- Clínicas regionais em Cabreúva, Itupeva, Louveira e Várzea Paulista.
- Inclusão de seu cônjuge ou companheiro(a), seus filhos (até 28 anos - solteiro) e netos (até 24 anos - solteiro).

ANS nº 417050

ANS nº 303267

Agende uma visita, nossa equipe de consultores está preparada para atender você ou a sua empresa. Ligue agora e saiba mais.

(11) 4805-5895 | (11) 4805-5293
www.ibbca.com.br/sindserjun



Agenda SINDSERJUN

-11 de maio

Reunião dos Agentes Comunitário de Saúde. Local: Sindicato, 18h30

-27 de maio

Seminário: A saúde dos planos de saúde.

- 31 de maio

Fim do recadastramento

- 03 de junho

Sorteio dos prêmios do recadastramento. Local: Paço Municipal, 16h30

- 17 de junho

Seminário: Os riscos da terceirização no serviço público

SOBE



DESCE

↑ Leandro Palmarini

Vereador do PV e coordenador da ONG Bicho Legal, por se reunir com a diretoria do SINDSERJUN para os esclarecimentos quanto aos problemas na Cobema.

↓ Marilena Negro

Vereadora do PT, por suas declarações desastrosas sobre a campanha salarial dos servidores e, também, sobre os inativos do serviço público municipal, em entrevista na Rádio Cidade.

↑ Marcelo Lo Monaco

Diretor pres. da Escola de Governo e Gestão, por receber a diretoria do sindicato na sede da escola e franquear a palavra ao presidente Luciani aos novos servidores que estavam fazendo a integração.

↓ Antonio Evangelista

Chefe de gabinete da SME, por sua postura truculenta e antidemocrática durante o ato de abertura da Campanha Salarial ao não permitir a entrega de camisas aos servidores.

↑ Operacionais da PMJ

Pela tomada de consciência de categoria profissional, unindo forças independentes da secretaria na qual estejam lotados e indicando muita disposição de luta.

↓ Aprillanti Junior

Secretário da SMO por sua indisposição em receber a categoria dos engenheiros e arquitetos (quase todos fazem parte de sua secretaria), indiferente às suas reivindicações.

Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Jundiaí

Rua Francisco Pereira Coutinho, 64 - Vila Municipal
CEP 13201-100

Atendimento 8h às 18h

Fone/Fax (11) 4586-4571 / 4586-0948

Plantão Jurídico: às 3ª e 5ª das 15h às 18h

Plantão Social: às 4ª das 14h às 16h

www.sindserjun.com.br

e-mail: atendimento@sindserjun.com.br

